



GT – 09: Geografia Histórica Urbana

RITMO E SAZONALIDADE: TURISMO E COTIDIANO NA REGIÃO DA COSTA DO SOL FLUMINENSE

Marcos Paulo Ferreira de Góis

Universidade Federal do Rio de Janeiro

marcosgois@igeo.ufrj.br

RESUMO: Os estudos sobre o turismo como vetor da urbanização têm apontado diversos efeitos sobre a ocupação litorânea. No entanto, ainda pouco se conhece sobre o processo histórico, seus ritmos e a dimensão regional deste processo. O objetivo desta apresentação é analisar os ritmos de ocupação regional da Costa do Sol, no estado do Rio de Janeiro. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, a partir do levantamento de acervos hemerográficos e trabalhos de campo. Como resultado, foram identificados padrões de ocupação do espaço regional, os efeitos da sazonalidade turística e ciclos de aceleração dos ritmos regionais. Para cada ciclo notou-se que há formas-conteúdo resultantes da estruturação do veraneio, do turismo e, mais recentemente, da moradia permanente.

Palavras-chave: ritmo, análise, região, turismo.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o estabelecimento de regiões geográficas estão geralmente amparados, de um lado, pelo exame das formações socioespaciais e redes sociotécnicas, e, por outro, pelos investimentos intelectuais sobre o planejamento territorial e as medidas de gestão do espaço geográfico por meio de regionalizações. Em virtude de tais preocupações, os estudos tendem a ter grande interesse pelos vetores socioeconômicos que produzem o espaço regional, como a indústria, o turismo, as atividades do terciário etc. Assim, analisam o processo de configuração regional a partir da influência desses vetores em um meio geográfico previamente constituído. Neste caso, a região aparece como uma forma-conteúdo derivada de um processo histórico, no

qual há encadeamentos sociotécnicos que aceleram ou freiam determinadas práticas espaciais, como a criação de infraestruturas (rodovias, aeroportos, cidades etc.) ou a constituição de uma inteligência (escritórios técnicos, cartografias do território, aparatos fiscais e cadastrais etc.).

Esta forma de pensar a região como um processo e como uma formação socioespacial, logo, como o registro de algo socioespaciotemporalmente conformado, alimenta o interesse contido nesta apresentação. O que se deseja apontar é que o processo pode ser entendido a partir do ritmo, ou melhor, da análise das acelerações e das desacelerações do movimento social em uma dada região, tendo em vista os vetores desses movimentos. Portanto, o objetivo desta breve exposição é *analisar as possíveis relações entre a organização regional e os ritmos associados à ocupação do espaço litorâneo pelo turismo*.

As análises se concentram sobre a região da Costa do Sol fluminense, mais conhecida atualmente como Região dos Lagos. Os ritmos compreendidos nesta análise se desdobram em duas escalas: a da produção do espaço regional (o tempo histórico longo) e a escala da organização dos arranjos espaciais temporários, da sazonalidade, cíclica, dos tempos breves do turismo. A partir das duas escalas propomos observar os pressupostos sustentados por Lefebvre (2021 [1992]) sobre a análise dos ritmos.

Para isso, a região será definida como o arranjo espacial coerente de um conjunto de atividades humanas em uma área discreta, geralmente reconhecida como uma unidade geográfica socialmente construída e organizada em torno de um ou mais vetores socioeconômicos que dirigem o processo de estruturação do espaço (dentre os sentidos expostos por Claval, 2007). A ritmanálise, ao seu modo, será compreendida como uma forma de escuta do mundo, na qual se busca observar repetições e mudanças, acelerações e desacelerações, e o efeito de certos vetores socioeconômicos sobre os ritmos de reprodução da vida cotidiana e das relações sociais (Lefebvre, 2021).

O projeto de ritmanálise de Henri Lefebvre (2021) visava constituir uma abordagem que ampliaria a proposta do autor contida nos três volumes dedicados à Crítica da Vida Cotidiana. Trata-se, portanto, de um projeto grandioso e inacabado. Por isso, apesar de salientar o viés metodológico contido em sua Ritmanálise, entende-se que ele não abarca satisfatoriamente a proposta lefebvriana, que visava instituir uma disciplina articuladora com profundas

repercussões para a ciência e a filosofia modernas. A ritmanálise teria a capacidade de reunir alguns temas centrais para a obra de Lefebvre, como a monotonia, a repetitividade, e a fragmentação. Temas, aliás, que foram de grande influência para os geógrafos, especialmente no que se refere à fragmentação dos espaços urbanos, ao cotidiano das cidades e aos efeitos das acelerações contemporâneas (Sposito & Sposito, 2020; Legroux, 2021; Carlos, 2020).

2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Henri Lefebvre (2021 [1992]) compreendia ritmo como uma medida para o entendimento da complexidade da vida cotidiana, como meio analítico dos arranjos temporais e espaciais da sociedade. Ele indicava que os ritmos poderiam ser de tipos diferentes, secretos, dominadores, fictícios, públicos etc., e que, além disso, há distintas fontes para realizarmos a escuta desses ritmos, por meio de planos, leis, dados demográficos, cartas, relatos orais, romances etc. A diversidade de tipos e de fontes deriva do próprio caráter do meio humano, em si bastante heterogêneo e de difícil captura e análise. Isto nos leva a um segundo ponto. Todo lugar é caracterizado por uma polirritmia. Há variados agentes, vetores e eventos que influem sobre os lugares, que concorrem e que rompem no cotidiano, acelerando e desacelerando o andamento da “música do lugar”. Há momentos em que se estabelece alguma forma de harmonização (eurritmia), mas há de forma recorrente momentos de arritmia, de confusão e de sofrimento, causados por tentativas de imposição de um ritmo sobre uma população. Logo, participamos dos processos de aceleração e de desaceleração sem termos plena consciência da sua estruturação. Mesmo nos grandes planos de urbanização há, portanto, heterogeneidade, rupturas e descontinuidades.

Para realizar esta escuta do mundo, como propõe Lefebvre (2021), o ritmanalista deverá estar atento aos ritmos cíclicos e lineares, ou seja, aos movimentos dos conjuntos naturais e aos movimentos da história humana. Trata-se de um projeto ambicioso, mas a ideia é bem mais modesta para esta apresentação: notar as variações em duas escalas, a produção da região e do cotidiano, tendo em vista o efeito da sazonalidade na sua organização. Será a sensibilidade geográfica (o olhar, o pensar geográfico, no sentido de Paulo Gomes, 2017) que guiará esta escuta, ou seja, como escutar o mundo, vendo nas formas o movimento do tempo? As unidades de análise serão os objetos espaciais, como as casas, as ruas e estradas, as orlas, as praias e

lagoas e as cidades. A partir deles é que se têm unidades de medida e que se pode, assim, vislumbrar os projetos e os elementos que compõem o quadro regional.

Será de grande interesse a perspectiva delineada por Barbara Adam (2008) sobre “vistas” do tempo, ou melhor, de como ver o tempo por meio da espacialidade, materialidade e contextualidade que constituem o nosso engajamento com o mundo. Neste caso, a ideia de enquadramento temporal é crucial, pois, por meio dela podemos abordar períodos e durações distintos a partir de uma área comum: a região. O primeiro enquadramento é dado pelo processo de loteamento de terras e a produção do espaço turístico litorâneo. O segundo enquadramento é orientado pelo caráter cíclico da atividade turística predominante, veranista, guiada pelas variações sazonais e pela variação entre períodos de baixa e de alta temporada. A primeira dura décadas e percorre fases sucessivas de incorporação de terras; a segunda pode variar durante poucas semanas de um ano.

Em termos de enquadramentos espaciais, adotamos a perspectiva de Paul Claval (2007), na qual a região pode ser definida como o arranjo espacial coerente de um conjunto de atividades humanas em uma área discreta, geralmente reconhecida como uma unidade geográfica socialmente construída e organizada em torno de um ou mais vetores socioeconômicos que dirigem o processo de estruturação do espaço. Tal definição se aproxima da perspectiva de Haesbaert (2019) que vê a região como arte e fato (arte-fato) geográfico, ora o resultado de uma técnica geográfica de enquadramento de um problema, ora a expressão material da existência humana em um dado arranjo espacial. Logo, a região da Costa do Sol fluminense é um arranjo espacial elaborado como um objeto sociotécnico, uma ação deliberada de planejamento territorial; e uma expressão da obra humana sobre uma base natural socialmente valorada e orientada para o desenvolvimento de práticas socioespaciais, neste caso, o turismo.

As ações de regionalização do turismo já são bem conhecidas e as políticas setoriais já foram delineadas, inclusive, para se pensar o território fluminense (Fratucci, 2000). A região da Costa do Sol constituiu, desde os anos 1930, uma das áreas prioritárias do investimento estatal no turismo litorâneo. Sua definição esteve ligada ao rico aparato sociotécnico produzido para mapear, fiscalizar, orientar e intervir na economia do estado do Rio de Janeiro desde então (Silva, 2003). A marca fisiográfica dos seus limites foi definida em relação ao seu extenso complexo lagunar que liga a antiga capital, Niterói, até os limites do município de Cabo Frio.

Tendo em vista a ideia de uma escuta do mundo de Lefebvre (2021), a partir de um enquadramento regional, no sentido empregado por Claval (2007) e de um duplo enquadramento temporal, na direção de Adam (2008), em termos do método foi necessário o emprego de fontes, instrumentos e técnicas diversificadas. Em duas direções:

- a) Mergulho na história regional: busca por relatos e dados contidos em acervos de jornais e revistas, arquivos iconográficos e cartográficos, plantas arquitetônicas e projetos urbanos. Além dos relatos orais, obtidos junto à população, escutadores das transformações aceleradas dos últimos 30 anos.
- b) Imersão no cotidiano regional atual: realização de trabalhos de campo, com registros fotográficos, elaboração de croquis, esquemas explicativos, mapeamentos e conversas com agentes do turismo e de atividades secundárias.

Os percursos na história e no cotidiano compreenderam os municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro D’Aldeia, Cabo Frio, Armação de Búzios e Arraial do Cabo. As áreas observadas e os ritmos “escutados” incluíam os centros turísticos e balneários, mas também os lotes nas áreas periféricas dos municípios, especialmente aqueles produzidos antes dos anos 1980. Quando em trabalho de campo ou em trabalho nos acervos é que se pode constituir essa dupla direção para a pesquisa rítmica. Nesses lugares da produção da pesquisa é que se fez a descoberta destes dois enquadramentos temporais: um ritmo linear, ligado ao processo de construção das moradias e das cidades do veraneio, ou seja, as formas-conteúdo resultantes do processo de turistificação; e um ritmo cíclico, das acelerações humanas produzidas pelo veraneio, em sua ocupação sazonal da região e seus efeitos para as mudanças rítmicas.

Estes dois quadros se cruzaram em diversos momentos. O motivo veranista parecia ser um indutor muito presente nas ações sobre o território, guiando políticas, saberes e investimentos sobre a terra desde os anos 1940. O verão, o feriado e o fim de semana – cortes do tempo – se associavam repetidamente à praia, à lagoa e ao mar – cortes do espaço. As ações que criavam orlas, marinas e balneários eram fortalecidas pelas amenidades naturais do litoral, no sentido de uma nova frente de expansão urbana, cultural e sociotécnica e de um novo limite entre dois tempos e a criação de novas obras balneárias (Gomes & Parente-Ribeiro, 2021; Vidal & Chrysostomo, 2021). Lotes, casas, condomínios, hotéis, roteiros e campings ofertados para o lazer das famílias nos week-ends compreendiam a propaganda dos jornais e das revistas. Neles

se anunciavam terrenos prontos a menos de 2 horas da capital via estradas recém-criadas, meios de conexão e condicionantes de uma urbanização dispersa (Holzer & Santos, 2014). Os dois enquadramentos temporais urdiam o tecido regional.

Todo este complexo processo de urdidura regional foi resgatado por meio de fontes hemerográficas, majoritariamente do acervo do jornal O Globo, e de arquivos oficiais, como os da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Em tais fontes encontram-se vestígios da história regional que nos permitiram desvelar o processo mais geral de “turistificação” do estado do Rio de Janeiro, parcialmente descritos por outros autores citados ao longo do texto. Ao mesmo tempo, as informações obtidas auxiliaram no entendimento das práticas sociais em cada região, as diferentes etapas de ocupação, os modelos de loteamento e de construção da casa e os planos de urbanização.

Visto o processo e os seus marcadores históricos, os dados sobre a população permitiram compreender padrões constituídos nessas regiões nos últimos 50 anos. Notou-se o padrão de ocupação e a sua dispersão no território a partir de mapeamentos criados desde os anos 1950, além de dados obtidos junto ao IBGE sobre suas características socioeconômicas, organizadas a partir dos Censos Demográficos produzidos desde então. O ritmo das transformações ao longo do tempo pôde ser visto graças ao esforço de mapear as ocupações do espaço pelo veraneio: os padrões de localização, as formas urbanas derivadas dos loteamentos, o efeito da sazonalidade, a presença irregular da segunda residência e a sua conversão em moradia definitiva nos últimos vinte anos. Junto ao olhar sobre os dados quantitativos, os arquivos iconográficos do IBGE, do Arquivo Nacional, das prefeituras e das publicações científicas sobre a área nos permitiram notar, em meio às profundas alterações morfológicas, a região e os ritmos do povoamento.

3. A COSTA DO SOL, A INVENÇÃO DE UMA REGIÃO

A ocupação do litoral norte da Baía de Guanabara por atividades de pesca, silvicultura, produção do sal etc. ainda marca a paisagem com as heranças materiais do passado. As salinas, as estações ferroviárias e as antigas indústrias revelam fases de investimento governamentais e o processo de transição de uma região salineira e da pesca para uma região impulsionada por dois novos vetores a partir dos anos 1940: a indústria baseada na extração do sal e no

beneficiamento do pescado; e o turismo de roteiros e perfil náutico (Holzer, 2014). Para o turismo, à época, as ações visavam reproduzir o modelo balneário europeu e, particularmente, a experiência de Copacabana, referência citada nos jornais da época por sua nova orla, hotéis, restaurantes, cinemas e outros equipamentos à beira-mar (Gomes & Parente-Ribeiro, 2021). Se revertia o sentido da praia, tida como lugar de fixação de embarcações, de comércio, por vezes, de degeneração e de pobreza, mas, ao mesmo tempo, uma paisagem que evocava imaginários bastante diversos (no sentido de Corbin, 1989).

A ocupação do litoral pelo turismo de roteiros na Costa do Sol, em um primeiro momento, e pelas casas de veraneio, após, se deu lentamente entre as décadas de 1940 e 1990. Os adeptos dos roteiros encontraram rodovias em construção, viagens de trem demoradas, hotéis com poucas acomodações e quase nenhuma amenidade, além daquelas que naturalmente se dispunham aos olhares (Parente-Ribeiro, Góis & Sotratti, 2019). Abrir caminhos se tornou uma tarefa dos governadores do estado entre os anos 1940 e 50. Para abri-los, uma sofisticada engenharia para a drenagem das áreas alagadas, saneamento da terra e recuperação de antigos caminhos foi elaborada. Melhorar o sítio e criar conexidade entre as áreas exigiu uma complicada tecnologia política para pensar e intervir no território. A rodovia teria papel central nesse processo, bem antes de qualquer política regional para o turismo nacional (Backheuser, 1944; Alcoforado, 1949).

As rodovias foram o meio pelo qual a região nos mapas passou a ser vista como um sistema de conexão entre lugares no terreno. Conexão que permitiria a drenagem dos produtos do interior para a metrópole, que ligaria cidades e que viabilizaria o turismo e a vilegiatura. A casa na praia, comprada em lotes, em trechos de antigas fazendas ao longo da Costa do Sol, logo se tornariam um desejo alimentado nas propagandas dos jornais (Martins, 1986; Costa, 1993; Oliveira, 2001). Ao se criar a expectativa da rodovia, se inaugura a prática de antecipação espacial (Corrêa, 1995), um movimento de organização do território associado ao vetor turístico que precede a efetiva ocupação do espaço balneário (Palmier, 1948; Sociedade Fluminense de Fotografia, 1950; Boada, 1954). A transição da paisagem salineira para a paisagem turística foi amplamente produzida nos primeiros anos das décadas de 1930 e 40, com a viabilidade técnica e com os aparatos legais produzidos no contexto do Estado Novo (Silva, 2003).

O turismo dos roteiros fazia parte de um movimento de recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro. Uma das ações articuladas era a urbanização das cidades do interior. Neste sentido, durante o Estado Novo e o governo de Amaral Peixoto (1937-1945), escritórios de urbanismo foram contratados para planejar cidades como Araruama, Cabo Frio, Atafona, Petrópolis etc. Tais projetos de urbanização previam a instalação de hotéis, jardins, passeios públicos, orlas, lotes para novos moradores, estrutura administrativa etc. (Silva, 2003). As cidades deveriam ser construídas ao longo das rodovias, guiando o processo de articulação do interior do estado à metrópole (Backheuser, 1944; Geiger, 1952).

Apesar de apenas alguns projetos terem, de fato, saído do papel, eles foram exemplos de uma ação coordenada de planejamento urbano voltado para a prática do turismo, ou seja, a criação de cidades balneárias como vetor da integração regional (Parente-Ribeiro, Góis & Sottratti, 2019). O exemplo mais pertinente e ainda presente na paisagem é o Parque Hotel de Araruama (figura 1), referência do planejamento de cidades balneárias dos anos 1940. O hotel, hoje um espaço escolar, preserva em suas formas a memória de um projeto regional superado, mas que, no passado, foi o pináculo que orientou a aceleração do processo de transformação fundiária. A primeira aceleração ocorreu, portanto, nos anos 1940, sob a coordenação dos governos federal e estadual, em torno de um projeto de urbanização de cidades. O hotel, o parque, o bairro e a orla conformavam um modelo, um tipo de inovação turística que deveria ser replicada ao longo da via litorânea. Assim como em outros projetos balneários era esperado que melhorias na forma urbana levariam a mudanças no comportamento e nas práticas culturais (Vidal & Chrysostomo, 2021), reforçando o viés modernista que ligavam o interior do estado a sua metrópole de referência: o Rio de Janeiro, especialmente Copacabana.

O Parque Hotel de Araruama é um exemplo, assim como os loteamentos, as estradas e os equipamentos turísticos que ainda permanecem na paisagem, mesmo que exercendo novas funções. Alguns desses marcos tiveram participação importante na aceleração do ritmo de ocupação regional. Eles constituíram uma frente pioneira (Gomes & Parente-Ribeiro, 2021) a partir da qual deveriam se afinar os instrumentos para a ocupação de toda a região. O Parque Hotel e o conjunto urbano construído em seu entorno seriam dispositivos espaciais que orientariam a expectativa vocacional regional, ou seja, um tipo de equipamento turístico de vanguarda (como parques, orlas, marinas etc.).

Figura 1: Planta e propaganda do Parque Hotel de Araruama



Fonte: CCDOC-FGV (AVAPFOTO099_13); Jornal O Fluminense, 31/12/1944.

A execução do projeto do bairro e da estrada, atual RJ-106, seguiram até a sua inauguração em 1944. Hoje, a mesma estrada que margeia a orla e a lagoa encontra o antigo hotel com uma nova função e o parque transformado em praça pública (figura 2). No entorno, os loteamentos criados na década de 1940 estão consolidados pela ocupação de casas e de prédios, habitações que já substituem as antigas residências de veraneio, comuns até os anos 1980 e 90. O modelo parque-hotel não deu mais frutos, mas os empreendimentos loteadores se tornaram a forma-conteúdo do veraneio da Costa do Sol.

Ao planejamento de cidades turísticas se estenderam duas práticas concorrentes: o loteamento periférico e predatório da terra; e a produção de bairros e cidades. Dentre os dois, prevaleceu o primeiro, mais simples em termos de infraestrutura, mais rápido na forma que abre o terreno e mais lucrativo para aqueles que convertem terra rural em urbana, consumindo os espaços litorâneos em recortes ortogonais sobre matas, campos, restingas e salinas (Parente-Ribeiro, Góis & Sotratti, 2019).

Há dois ritmos: o ritmo da comercialização das terras e o ritmo da ocupação da região. O primeiro é acelerado pelos cortes da rodovia que ligam a Costa do Sol à metrópole; o segundo é o ritmo da espera, da especulação, da valorização e da criação de amenidades. Apesar de muitos loteamentos já terem sido produzidos até os anos 1980 (Martins, 1986; Costa, 1993), a

região só seria ocasionalmente ocupada, com longos trechos ainda vagos até, pelo menos, o início dos anos 2000. A conversão das fazendas e das salinas em propriedades de segunda residência, observadas segundo a ótica veranista-turística é lenta (Holzer & Alcântara, 2008). Os lotes recortados esperaram as estradas asfaltadas, a papelada dos cartórios, a produção dos anúncios nos jornais, as ligações dos interessados para as imobiliárias e incorporadoras, as visitas guiadas pelos corretores, o crédito dos bancos, as assinaturas dos futuros proprietários etc. O lote tem um novo proprietário, mas esperará ainda anos para as primeiras obras de beneficiamento, pelas estacas de madeira, pelos muros e portões, pela casa.

Figura 2: Vistas do Parque Hotel de Araruama atualmente

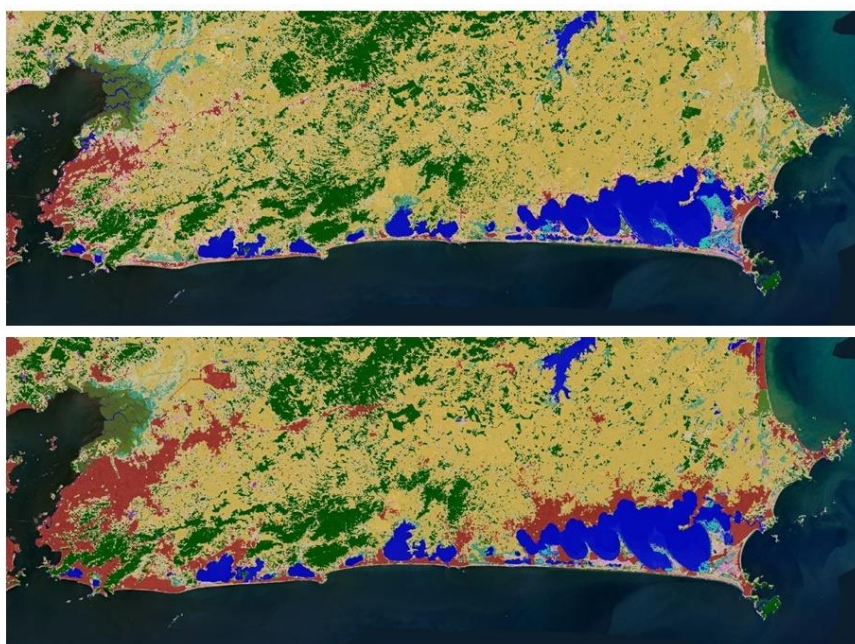


Fonte: Google Earth Pro e acervo do autor, 2022.

A região da Costa do Sol foi produzida ao longo de décadas, até que uma aceleração do ritmo rompe com o padrão até então visto, incorporando áreas a partir das proximidades dos corpos hídricos, com notável predileção pela face norte das lagoas, ao longo da RJ-106 (figura 3). As manchas vermelhas nas duas imagens de satélite representam a ocupação urbana, entre 1985 e 2021. A partir do início da década de 1980 se nota um incremento significativo das construções e da expansão dos loteamentos na região (Costa, 1993). Trata-se da inovação que teve a mais rápida difusão no espaço, ocupando inicialmente a face norte do complexo lagunar fluminense e, depois, a estreita faixa entre a lagoa e o mar.

Os tempos lentos dos espaços opacos das salinas e lagoas seriam confrontados pelos sons dos motores, das ferramentas e dos novos visitantes. A primeira aceleração ocorre nos anos 1940, via urbanização de cidades e rodovias; a segunda é dirigida pela divulgação do turismo e pela construção da rede regional veranista nos anos 1970, com forte impacto registrado após a inauguração da Ponte Rio-Niterói em 1974; a terceira e última aceleração decorre dos novos desejos pela casa de praia e pela possibilidade de rápida conexão metropolitana a partir dos anos 2000, com incrementos relevantes de uma ocupação permanente relativa a outros vetores, como o setor energético em relação à Cabo Frio e Maricá. A cada trinta anos uma aceleração e um novo conjunto de repetições no tempo que demarcam o espaço com novas formas-conteúdo (figura 4).

Figura 3: A aceleração do turismo e a ocupação da Costa do Sol

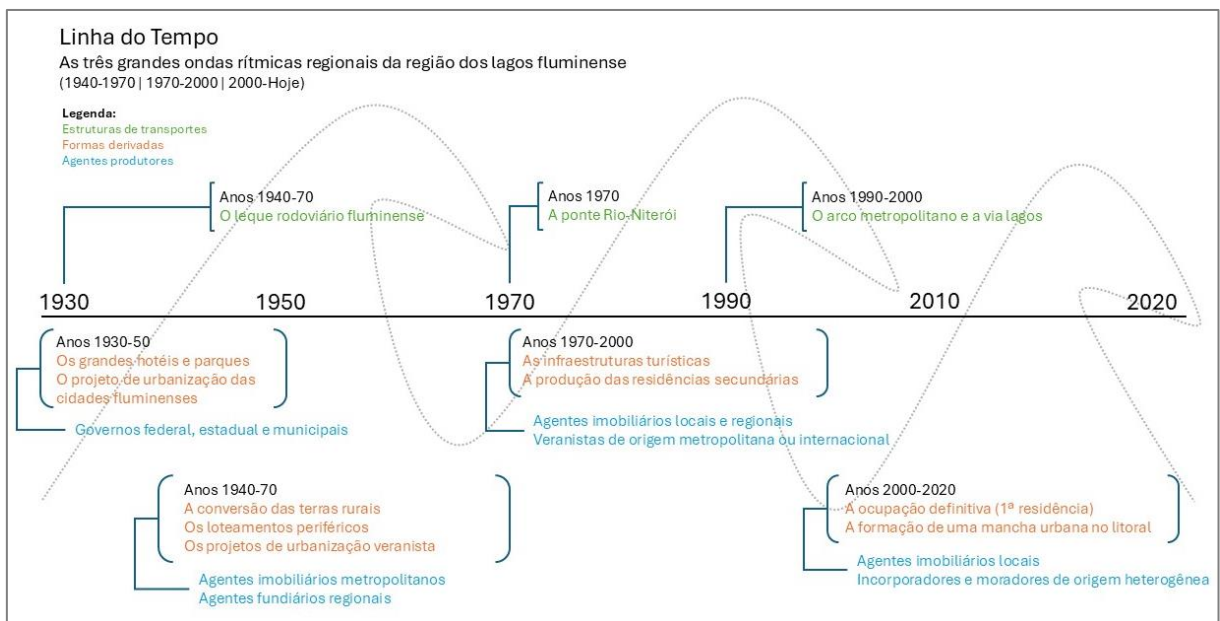


Fonte: Sistema MapBiomias (1985-2021).

A construção da Ponte Rio-Niterói possui papel fundamental para a segunda e para a terceira fase de aceleração. Ela aumenta o fluxo, interliga localidades, acelera o tempo de deslocamento, reduz distâncias, torna a Costa do Sol acessível a menos de 3 horas, até Cabo Frio. A mudança implica em uma reorganização de todo o quadro regional. O fio costura as duas malhas urbanas antes separadas pelas águas da Baía de Guanabara. É a partir da Ponte que se torna viável o

veraneio, e é com ela que o turismo se populariza, ao ficar mais acessível física e economicamente para as famílias de classe média urbana, especialmente aquelas dos subúrbios cariocas e niteroienses. Em 1976, apenas 2 anos após a construção da ponte, já há relatos de congestionamentos, acidentes e falta de vagas em ônibus (O Globo, 02/12/1976). Cabo Frio era descrita como um dos principais destinos, acolhendo mais de 150 mil turistas durante os finais de semana prolongados (O Globo, 04/02/1975). Isto para uma cidade que possuía no final dos anos 1970 um pouco mais de 30 hotéis (O Globo, 09/08/1979). Logo, o turismo adquire um tom veranista também, caracterizado pelo uso de residências secundárias, aluguéis por temporada e em pequenas pousadas construídas a partir de casas de famílias recém-refuncionalizadas. No ano em que a ponte é construída, o Parque Hotel se transforma em escola de hotelaria (O Globo, 10/08/1972), expondo a sua inadequação aos novos tempos de crescimento da demanda sazonal para a região. A flutuação da frequência nos períodos de alta temporada traz efeitos permanentes.

Figura 4: A aceleração do turismo e a ocupação da Costa do Sol



Fonte: Elaboração própria.

4. SAZONALIDADE E REGIÃO

Os efeitos recorrentes da sazonalidade nas cidades turísticas litorâneas são relativamente bem conhecidos (Knafo *et al.*, 1997; Ribeiro, 2003), apesar de pouco investimento sobre o tema ter

sido feito por parte da Geografia. Sabemos como o deslocamento de milhares de pessoas em direção às regiões costeiras provoca a superlotação de aeroportos, engarrafamentos nas estradas, escassez de água e de luz, inflação dos preços de aluguéis e de alimentos etc. A influência dos aluguéis via plataformas digitais, como o AirBnB, são apenas mais uma fase deste processo. Todavia, o efeito de longo prazo desta ritmicidade sazonal é pouco reconhecido pelas referências sobre o turismo. É sobre este ponto que desejamos nos atentar agora, ainda que de forma ainda introdutória.

Quando recuperamos as propagandas, os projetos de cidades e os roteiros turísticos do passado, especialmente entre os anos 1940 e 1970, é notável a recorrente convocação para que as famílias sigam para as praias nos finais de semana, feriados e período de férias escolares. O lazer na praia é parte constituinte do cardápio de opções para os habitantes da metrópole (figura 5). As cidades turísticas adquirem, assim, certa capacidade de adaptação às variações sazonais de ocupação. Os lotes e as casas vendidos desde a década de 1940 seriam as formas-conteúdo que guiarium o processo de configuração regional. Uma ocupação provisória, cíclica, em compasso de espera. Esta grande variação rítmica ao longo do ano seria, inclusive, a marca das cidades turísticas (Mullins, 1991). O efeito da sazonalidade é visível quando se observa as variações entre períodos de baixa e alta temporada, com os cheios e os vazios, com as arritmias e orientações da vida social compromissadas com estes dois modos de viver o cotidiano. Esta aceleração dos ritmos possui características urbanas, mas se associa aos ritmos cíclicos do próprio meio, com as temporadas de calor, entre dezembro e março, períodos da alta temporada, que coincidem com o verão no Atlântico Sul.

Figura 5: Anúncio de loteamento à venda em Araruama, em 1956



Araruama
(praia)

Você é nosso convidado para dar um lindo passeio a Araruama e conhecer "NOVO HORIZONTE", o mais bem planejado loteamento de todo o Estado do Rio, à margem da famosa lagoa de ARARUAMA. Praia maravilhosa, de águas tranquilas e azuis. Clima seco e ameno. Ideal para férias e week-end. Combine com sua esposa e aproveite o próximo fim-de-semana para um grande passeio!

- lotes a partir de Cr\$ 30.000,00!
- prestações a partir de Cr\$ 300,00 mensais!
- cortado pela rodovia Amaral Peixoto, completamente asfaltada!
- estação de estrada de ferro no loteamento! campo de pouso dentro do loteamento - Duração da viagem: 20 minutos!

Condução grátis
Reserve com antecedência o seu lugar pelas
Tels. 32-9466 e 32-9277

S.A.M.I.L.
Sociedade Americana de Expansão Imobiliária Ltda.

SEDE: R. São José, 90-10.º and. - Grupo 1010 - Tels. 32-9466 e 32-9277 - INFORMAÇÕES EM PETRÓPOIS: Sr. José Antônio Amaral - R. Birgen, 345 - Tel. 6729 - EM NITERÓI: R. Cel. Gomes Machado, 52-3.º and. - 5/304

Fonte: Jornal O Globo, 22 de maio de 1956, edição matutina, caderno geral, p. 5.

Esta seria a característica fundamental dessas áreas: longas esperas para momentos de grande afluxo turístico. Uma mesma região que se desdobra em dois ritmos: um ritmo da região “em baixa”, outro ritmo da região “em alta” temporada. Em certo sentido, em períodos de baixa se associam tempos lentos, eventualmente revigorados em finais de semana quentes, feriados prolongados ou em dias de eventos promovidos localmente. Esses tempos lentos, rotineiros e menos suscetíveis às arritmias, estão mais presentes nos períodos de “alta” e que se identificam melhor com o que podemos chamar de tempos compostos, no sentido sugerido por Lefebvre (2021). A densidade, a velocidade, a frequência e a efemeridade dos encontros potencializam o surgimento de uma ruptura no ritmo de “baixa” durante o período de “alta”. Essa variação entre períodos de alta e de baixa caracteriza as regiões turísticas e fomenta cotidianamente a própria estruturação do espaço regional.

A região em baixa também espera. Ela tem o seu ritmo mobilizado pela rotina, pelas repetições de eventos cotidianos. O setor de serviços e o comércio local se mantêm ativos, mas em compasso de espera. A movimentação das estradas é pequena, sobram vagas para estacionar nos centros turísticos e as calçadas silenciosas conservam o aspecto de uma cidade pacata. A manutenção de casas e condomínios é garantida pelos caseiros e funcionários que conservam as piscinas limpas, os jardins verdes, os gramados baixos e as casas arejadas. Tudo fica preparado para o próximo fim de semana de sol, quando as casas fechadas e as praias vazias darão lugar aos grandes movimentos de turistas que aportam em cada cidade.

A região em alta, que explode em picos de ocupação, adquire maior densidade de pessoas e de objetos. Além disso, a frequência aos lugares aumenta rapidamente, pessoas se concentram nos mesmos lugares, nos centros da moda, nas ruas adornadas para a recepção de milhares de visitantes. Essa abrupta mudança conserva uma monotonia se observarmos em outra escala do tempo. Todo ano se repete o mesmo ciclo de ocupação do espaço litorâneo, ativando as mesmas áreas, conforme as direções dadas pelos eventos promovidos localmente. Nos momentos de alta, no entanto, é difícil encontrar o ritmo da vida e os agentes de ordem urbana tendem a improvisar soluções para lidar com o caos (figura 6). Um grande esforço social é empenhado na tentativa de encontrar o arranjo possível para a contenção dessa rápida aceleração rítmica.

Figura 6: o caos e a sazonalidade



Fonte: Diversas reportagens publicadas no Jornal O Globo entre 1955 e 1973.

Se observamos a paisagem neste enquadramento temporal de curta duração, ela não teria substanciais mudanças em termos de sua forma. Porém, ao aumentarmos o distanciamento e abrirmos o quadro, notamos que a sucessão de padrões rítmicos mais lentos e picos de aceleração provocam efeitos duradouros na organização interna do espaço regional. Ainda não é possível detalhar estes efeitos, mas em síntese:

- Uma forte orientação da ocupação ocasional em áreas de amenidades valorizadas, como as praias e as lagoas;
- A valorização da conexidade e da proximidade com rodovias, portos e aeroportos;
- A fragmentação socioespacial, o que inclui a incorporação de novas terras e transformação dos valores associados aos lugares;
- A ocupação das periferias dos centros turísticos por uma população de migrantes constituída por trabalhadores associados ao turismo;
- Grandes trechos de terra à espera de valorização imobiliária entre os centros turísticos estabelecidos;
- Consolidação de centros comerciais distintos, uns orientados para a clientela do turismo, outros segmentados para a população permanente;
- Migrações temporárias em períodos de alta temporada, incluindo alterações nas jornadas de trabalho e formas provisórias de habitação;

- h) Ocorrência de uma urbanização dispersa (Holzer e Santos, 2014), orientada ao longo dos perfis das rodovias, em saltos, com pouca infraestrutura; e
- i) A criação de marcas do imprevisto e da espera na paisagem, tendo em vista a constante necessidade de adaptação às demandas flutuantes do turismo.

Dentre tais efeitos é importante salientar o aspecto das habitações da região turística. De fato, a sazonalidade associada ao turismo tem na residência secundária a sua forma-conteúdo mais expressiva do processo de produção do espaço. A casa de veraneio possui, portanto, forma, sentido, história e projeção. Elas são obras e projetos ao mesmo tempo. A paisagem resultante também é obra social em toda sua complexidade e contradição estrutural, pois ela é projeção dos desejos, dos valores e dos interesses econômicos desta mesma sociedade. As regiões do turismo expressam uma ambiguidade entre passado e futuro. Nas cidades e nas casas de veraneio está escrita a história da transformação da região. A partir dela se pode notar o movimento da história social e das famílias. Ao mesmo tempo, elas denotam as contradições deste processo, ocupando áreas ocasionalmente, alterando o mercado de terras, influenciando nos preços das mercadorias e nas demandas por trabalhadores.

A bibliografia sobre o tema enfatiza o problema da segunda residência na relação entre as demandas locais e estrangeiras (Dantas, 2011; Fonseca, 2012; Pereira, 2012; Arrais, 2013). A segunda residência, os complexos hoteleiros, resorts e outros equipamentos turísticos resultam de desejos estranhos ao lugar, com forte vínculo às grandes cidades, que submetem as localidades do interior aos seus interesses sobre o mercado de terras, sobre os lazeres e o cotidiano. Assim, regiões inteiras têm seu destino definido pelas demandas externas, pelo uso ocasional e pela especulação fundiária.

Expressão das modificações no espaço ao longo do tempo, a região se apresenta como uma composição bastante variada de formas de habitar, entre o permanente e o ocasional. Durações distintas que se expressam na arquitetura, na grandiosidade de alguns edifícios, no imprevisto e na simplicidade dos traços de outros lares. Os padrões dos loteamentos, da posição dos imóveis e da disposição dos objetos em cada lote denotam os regimes de ocupação das terras, a estrutura social e os materiais e técnicas de cada momento. Os desejos e os planos de famílias, as ações dos agentes imobiliários, os projetos de governo, entre outras atitudes no território, lidam com as possibilidades e as precariedades do passado e antecipam o futuro. A arquitetura da casa, do loteamento, da cidade e da região apresentam materialmente estas intenções em meio às

possibilidades diferenciadas de investimento e de ampliação desses desejos. A paisagem oferece ao olhar presente essa conexão com vontades muito antigas (Jackson, 1997). A sazonalidade é o enredo para a confecção de tais regiões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ritmos e região, turismo e sazonalidade, termos que ajudam a encontrar um caminho interpretativo para a relação entre cotidiano, repetição e duração. A região da Costa do Sol reúne, em conjunto, aspectos de um processo de produção e de organização espacial que é tanto duradouro quanto efêmero, tão planejado quanto improvisado. O ritmo imposto pela sazonalidade marca a paisagem, acelera os movimentos, reorganiza as densidades, reproduz as desigualdades, transforma os lugares, os bairros, as casas. Mudam as velocidades, as frequências, as durações, os ritmos e as formas turísticas e o próprio sentido do urbano. Para os moradores, comerciantes, visitantes e demais viventes da região a variação rítmica orienta percursos, tomada de decisões, rotina de investimentos, estreitamento de laços etc. Ainda é cedo para avaliar o impacto desse ritmo sobre o cotidiano. A escuta breve aqui descrita é apenas um início.

Este início nos permitiu ver enquadramentos mais gerais. Um quadro claramente desenhado para ver a transição entre um veraneio incipiente e a consolidação de uma região turística. Esta transição evoca, ao mesmo tempo, uma aceleração do ritmo social, das antigas fazendas e salinas para a configuração de um turismo veranista. O consumo da paisagem e a incorporação das terras pelo turismo alcança o auge nos anos 1990 em diante. Os meios para isso são pensados desde os anos 1930. Porém, ainda pouco se sabe sobre o efeito que a sazonalidade produziu em um recorte temporal mais extenso. Como este ritmo dirigiu a produção do espaço regional? Em que passo, em que frequência? Estaríamos em uma nova fase de aceleração? Em que sentido ela rompe com o ritmo imposto pela sazonalidade, quando vemos o avanço da metrópole sobre áreas cada vez mais distantes? Há novos vetores regionais e novos relacionamentos espaciais com a metrópole que ainda estão apenas começando a serem destrinchados? Quais seriam os efeitos das mudanças do mercado de trabalho no mercado de terras e no mercado imobiliário? Que mudanças na caracterização da população podem ser vistas no processo de transformação das paisagens balneárias em paisagens metropolitanas? O rápido movimento de expansão urbana e de crescimento populacional implica em novas

densidades e mobilidades regionais. Que cruzamentos entre as necessidades de turistas, veranistas e permanentes são encontradas nesse caso?

6. REFERÊNCIAS

- ADAM, B. (2008) Of timescapes, futurescapes and timeprints. *Lüneburg Talk Web*, Online, n. 070708.
- ALCOFORADO, P. G. (1949) A Lagoa de Araruama. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 2, p. 79-84.
- ARRAIS, T. A. (2013) *Morar na metrópole, viver na praia ou no campo: a segunda residência e o mercado imobiliário*. Goiânia: Editora UFG.
- BACKHEUSER, E. (1944) Da Trilha ao Trilho: contribuição para o estudo da conquista antropogeográfica da Baixada e Maciço Fluminense. In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Florianópolis, setembro de 1940. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- BOADA, J. M. (1954) Itinerário turístico para Cabo Frio – as lagoas de Maricá, Saquarema e Araruama. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 7, p. 195-206.
- CARLOS, A. F. A. (2020) "Segregação socioespacial e o" Direito à Cidade"." *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 24, n. 3, p. 412-424.
- CLAVAL, P. (2007) Regional Geography: past and present (a review of ideas, approaches and goals). *Geographia Polonica*, v. 80, n. 1, p. 25-42.
- CORBIN, A. (1989) *O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CORRÊA, R. L. (1995) Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COSTA, C. B. (1993) *O negócio da terra. A expansão urbana de Araruama 1940–1990*. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DANTAS, E. W. C. (2011) *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC.
- FONSECA, M. A. (2012) *Segunda residência, lazer e turismo*. Natal: Ed. UFRN.

- FRATUCCI, A. C. (2000) *O ordenamento territorial da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro: processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói.
- GEIGER, P. P. (1952) Loteamento na Baixada da Guanabara. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 5, p. 95-104.
- GOMES, P. C. C. (2017) *Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GOMES, P. C. C.; PARENTE-RIBEIRO, L. (2021) A orla de Copacabana. *Terra Brasilis*, Online, n.16.
- HAESBAERT, R. (2019). Região. *Geographia*, Niterói, UFF, v. 21, n. 45.
- HOLZER, W. (2014) O Sabor do Sal: paisagens vernaculares da Araruama. *Geograficidade*, v. 4, Número Especial.
- HOLZER, W.; ALCÂNTARA, V. (2008) Paisagem Vernacular: aldeamentos salineiros. *Revista Poiésis*, n. 12, p. 89-100.
- HOLZER, W.; SANTOS, C. Q. (2014) Notas sobre a dispersão urbana: o exemplo de Maricá, RJ. In: COSTA, M. L. P. M.; SILVA, M. L. P. (org.). *Produção e gestão do espaço – 10 anos de PPGAU/UFF*. Niterói: FAPERJ; Casa 8.
- JACKSON, J. B. (1997). *Landscape in sight: looking at America*. Nova York: Yale University Press.
- KNAFOU, R. ; BRUSTON, M.; DEPREST, F.; DUHAMEL, P.; GAY J. C.; SACAREAU, I. (1997). Une approche géographique du tourisme. *L'Espace géographique*, tome 26, n°3, pp. 193-204.
- LEFEBVRE, H. (2021) *Elementos de Ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades*. Rio de Janeiro: Consequência.
- LEGROUX, J. (2021). A triplicidade do espaço e das práticas cotidianas de mobilidade para o estudo da fragmentação socioespacial. *GEOgraphia*, v. 23, n. 51.
- MARTINS, A. M. M. (1986) *O Parcelamento da Terra no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1986. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro.

- MULLINS, P. (1991) Tourism Urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 15, n. 3, p. 326-342.
- OLIVEIRA, S. M. C. (2001) *Conflitos ambientais na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PALMIER, L. (1948) Lagoa de Araruama e suas riquezas. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 1, p. 63-78.
- PARENTE-RIBEIRO, L.; GÓIS, M. P. F.; SOTRATTI, M. A. (2019) A balnearização da baixada de Araruama e a emergência da “Costa do Sol”, Rio de Janeiro (1940-1960). *Confins*, Online, n. 39, 2019.
- PEREIRA, A. Q. (2012) *A urbanização vai à praia*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- RIBEIRO, M. A. (2003) Turismo no Estado do Rio de Janeiro: ensaio de uma tipologia. *GEOgraphia*, Niterói, v.5, n.10, p. 79-91.
- SILVA, L. (2003) *História do Urbanismo no Rio de Janeiro*: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas. Rio de Janeiro: e-papers.
- SOCIEDADE FLUMINENSE DE FOTOGRAFIA. (1950) Turismo. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 3, p. 239-274.
- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. (2020) Fragmentação Socioespacial. *Mercator* (Fortaleza), v. 19, e19015.
- VIDAL, L.; CHRYSOSTOMO, M. I. J. (2021). A balnearização como fenômeno de fronteira (notas a partir do caso francês, 1830’s–1980’s), *Terra Brasilis* [Online], n. 16.